

Ricardo Nunes critica Judiciário após derrotas da Prefeitura em SP

Prefeito questiona decisões sobre ruído em eventos e suspensão de obras

Fernando Frazão/Agência Brasil

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), criticou decisões recentes do Judiciário após duas derrotas sofridas pela administração municipal em tribunais. As manifestações ocorreram depois de determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que afetaram medidas adotadas pela prefeitura relacionadas a eventos na cidade e ao setor de construção civil.

As declarações foram feitas durante uma coletiva de imprensa realizada no sábado (14), após agenda pública na Zona Leste da capital. Sem mencionar magistrados de forma direta, o prefeito afirmou que integrantes do Judiciário e de órgãos de controle estariam interferindo em decisões políticas aprovadas por autoridades eleitas, como o Executivo municipal e o Legislativo.

Entre os casos citados está a decisão da ministra Cármen Lúcia, do STF, que manteve suspensa uma alteração na legislação municipal que flexibilizava limites de ruído para grandes eventos na cidade. A mudança havia sido aprovada pela Câmara Municipal de SP em 2024 e sancionada depois pelo prefeito.

A modificação envolvia regras do Programa do Silêncio Urbano (Psiu), responsável por fiscalizar níveis de barulho na capital. A alteração foi incluída por meio de emenda em um projeto que tratava de outro tema, prática co-



Nunes também criticou outra decisão recente do Tribunal de Justiça de São Paulo

nhecida no processo legislativo como inserção de dispositivo não relacionado diretamente ao texto principal.

Ao analisar o caso, a ministra considerou que a forma como a regra foi incluída no projeto contrariava entendimento consolidado do STF sobre a chamada inserção de matérias estranhas ao objeto original de uma proposta legislativa. Com base nesse entendimento, foi mantida a decisão anterior da segunda instância que suspendeu a aplicação da mudança.

O prefeito defendeu que o procedimento seguiu as regras regimen-

tais da Câmara e argumentou que o processo legislativo prevê a possibilidade de apresentação de emendas e substitutivos durante a tramitação de projetos. Segundo ele, a medida foi aprovada pela maioria dos vereadores e posteriormente sancionada pelo Executivo municipal.

A prefeitura informou que pretende recorrer da decisão. A estratégia jurídica ainda será analisada pela Procuradoria-Geral do Município, responsável pela defesa do poder público em processos judiciais.

Nunes falou, também, contra outra decisão recente do TJ-SP que suspendeu a emissão de novos alva-

rás para demolições e construções na capital. A medida atendeu a um pedido do Ministério Público, que apontou possíveis falhas no processo de revisão da Lei de Zoneamento realizada entre 2023 e 2024.

Segundo o MP, o processo de revisão teria apresentado lacunas sobre a participação social e a realização de estudos técnicos para embasar as mudanças urbanísticas. A Justiça determinou, em caráter cautelar, a suspensão de autorizações para novos empreendimentos até análise mais aprofundada do caso.

O prefeito afirmou que a decisão pode gerar impactos econômi-

cos significativos, incluindo a paralisação de investimentos imobiliários previstos para a cidade. De acordo com estimativas apresentadas pela administração municipal, a suspensão poderia comprometer projetos que somariam cerca de R\$ 90 bilhões em investimentos privados.

Nunes argumentou que a revisão do zoneamento foi resultado de planejamento técnico e de debates realizados ao longo do processo legislativo, com diversas discussões sobre desenvolvimento urbano, moradia e estímulo à atividade econômica.

O prefeito também mencionou decisões judiciais tomadas em outros contextos nacionais e voltou a defender que políticas públicas aprovadas por autoridades eleitas devem ter sua legitimidade respeitada.

As críticas do prefeito ocorrem em meio a debates frequentes sobre os limites de atuação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Especialistas apontam que decisões judiciais envolvendo políticas públicas municipais têm se tornado mais comuns, especialmente quando questionamentos são apresentados por órgãos de controle ou por entidades da sociedade civil.

Enquanto os recursos jurídicos são analisados, as decisões judiciais permanecem válidas e continuam produzindo efeitos sobre as medidas adotadas pela prefeitura de São Paulo.

Parque Jardim Primavera é inaugurado na Zona Leste

Divulgação/Prefeitura de SP

A Prefeitura de SP inaugurou no último sábado (14) a primeira fase do Parque Jardim Primavera, localizado em São Miguel Paulista, na Zona Leste da capital. O espaço é o primeiro parque da região e passa a integrar a rede municipal de áreas verdes destinadas ao lazer, convivência e preservação ambiental.

Nesta etapa inicial, cerca de 27,3 mil metros quadrados foram liberados para uso da população. A área total do parque tem aproximadamente 155 mil metros quadrados. A segunda fase do projeto, que corresponde a mais de 127 mil metros quadrados, deverá passar por um plano de intervenção e por estudos para a instalação de novos equipamentos públicos para os moradores.

A implantação da primeira fase contou com investimento de aproximadamente R\$ 250 mil. O espaço recebeu sede administrativa, guarita, sanitários públicos, quiosques,



Terreno total possui cerca de 155 mil metros quadrados

iluminação, cercamento, mobiliário urbano, além de um parquinho naturalizado com brinquedos feitos de elementos como troncos e pedras e uma Academia da Terceira Idade. As calçadas do entorno do Parque também foram reformadas e transformadas em passeios arborizados.

A área abriga diversidade de fauna e flora. Foram identificadas dezenas de espécies de aves, entre elas quero-quero, joão-de-barro, sabiá e bem-te-vi, além de aves de rapina como gaviões e caracará. A vegetação reúne 36 espécies de plantas, sendo parte delas nativas.

Cate oferece 1,4 mil vagas de emprego

O Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate), serviço da Prefeitura de São Paulo voltado à intermediação de vagas e orientação profissional, disponibiliza mais de 1.400 oportunidades de emprego na capital paulista. As vagas abrangem diferentes áreas, como comércio, serviços, construção civil e gastronomia, com salários de até R\$ 4.720.

Os interessados podem se candidatar até quarta-feira (18). O cadastro pode ser realizado pela internet, por meio do Portal Cate, ou presencialmente em uma das 44 unidades da rede municipal, que incluem postos fixos e itinerantes espalhados pela cidade.

Para quem optar pelo atendimento presencial, é necessário apresentar RG, CPF e carteira de trabalho (versão física ou digital).

Entre as oportunidades, estão vagas na construção civil, com cerca de 45 postos para funções

como ajudante de obras, pedreiro e eletricitista. As vagas exigem escolaridade mínima de ensino fundamental incompleto e experiência.

A área de limpeza concentra uma das maiores ofertas, com 342 vagas para auxiliar de limpeza. Os salários variam entre R\$ 1.230 e R\$ 2.367, e muitas das oportunidades estão localizadas nas regiões Sul e Central da capital. Em geral, é exigido ensino fundamental completo e experiência na função.

No setor de comércio e serviços, há cerca de 180 vagas para operador de caixa e funções de vendas, com remuneração que pode chegar a R\$ 2.341. Também estão disponíveis 92 postos para repositor, com salários entre R\$ 1.800 e R\$ 2.115. A área de gastronomia tem cerca de 180 oportunidades, com salários que podem alcançar R\$ 2.752. As vagas exigem ensino fundamental completo e experiência anterior.